

Parecer nº 117/99

Data: 1999.07.14

Processo nº 567

Requerente: Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro.

I - DO PEDIDO:

1. Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - LADA), o Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro solicitou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre a seguinte matéria:

- Na sequência de exposição dirigida ao Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro por funcionária em exercício de funções no Serviço Sub-Regional de Castelo Branco, surgiram dúvidas sobre a legalidade de uma ordem de serviço em matéria de pagamento de fotocópias autenticadas de documentos e sobre a articulação do nº 3 do artigo 62º do Código de Procedimento Administrativo – CPA – (que concede aos interessados “o direito, mediante o pagamento das importâncias que forem devidas, de obter certidão, reprodução ou declaração autenticada dos documentos que constem dos processos a que tenham acesso”) com o princípio da gratuidade consagrado no artigo 11º do mesmo CPA.
- O Centro Regional de Segurança Social do Centro, no sentido de se obter uma orientação uniforme de procedimentos para todos os centros

regionais, submeteu o assunto à ponderação da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade que, após análise, concluiu que o assunto era da competência exclusiva da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) por via dos artigos 268º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa (CRP) e 65º do CPA, da LADA e do Regulamento Interno da CADA publicado no Diário da República, II Série, nº 16, de 19.01.95, pelo que deveria ser submetido pelo próprio Centro Regional de Segurança Social do Centro à consideração desta Comissão.

- Informa ainda o Centro Regional de Segurança Social do Centro que foi a necessidade de uniformização de procedimento foi particularmente sentida quando uma funcionária do Quadro de Pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Centro em exercício de funções no Serviço Sub-Regional de Castelo Branco, candidata num concurso interno, solicitou acesso às actas e documentos em que haviam assentado as decisões do júri do concurso: numa primeira fase apenas lhe foram facultadas fotocópias dos documentos que a ela se referiam; após nova insistência sua, foi-lhe comunicado que “os documentos estavam disponíveis, devendo proceder ao pagamento de Esc: 1.402\$00”, com a advertência de que, no caso de não se poder deslocar para proceder ao seu levantamento, deveria indicar a forma de os receber. Tais documentos, remetidos através de correio registado com aviso de recepção, foram recebidos um dia depois do termo do prazo de que ela dispunha para interpor recurso da decisão que a excluía do concurso.

- Apreciando exposição apresentada por essa funcionária, o Centro Regional de Segurança Social do Centro, depois de ponderar que uma das razões por que ela viera a receber a documentação depois de expirado o prazo de recurso fora a exigência do pagamento de taxa pela disponibilização das fotocópias solicitadas, conclui que para poder exercer o direito ao recurso administrativo o candidato tem de conhecer as deliberações do júri, que constituem o fundamento do acto administrativo de homologação. Cita, nesse contexto, o artigo 9º do Decreto-Lei nº 498/88, que fixa o prazo de 3 dias úteis para a passagem das certidões das actas e dos documentos em que assentaram as deliberações do júri. E perfilha o entendimento de que a acta de onde conste a definição dos critérios de selecção assumidos pelos júri deverá ser facultada aos candidatos sem sujeição ao pagamento de qualquer taxa, nos termos dos artigos 32º do Decreto-Lei nº 498/88 e 124º, nº 2, do CPA. Quanto ao acesso, que a lei também assegura, á restante documentação carreada para o processo administrativo pelos outros candidatos, considera duvidosa a legalidade da exigência de pagamento das respectivas reproduções. Na verdade, acrescenta, embora a Ordem de Serviço nº 67/94, de 94/08/17, estipule que “pelas fotocópias autenticadas, a fornecer a funcionários, cobrar-se-á a importância de Esc: 7\$50 cada uma, devendo o pagamento ser previamente efectuado nas respectivas Tesourarias”, é preciso ter em atenção o teor das normas contidas nos artigos 12º, nº 2, da LADA e 62º e 11º do CPA, a última das quais afirma o princípio da gratuidade.
- A finalizar estas considerações, o Centro Regional de Segurança Social do Centro solicita à CADA parecer sobre a matéria, designadamente sobre a correcta interpretação e aplicação das pertinentes normas jurídicas.

II – APRECIACÃO:

2. Importa determinar com rigor o objecto do parecer. Resulta claro da documentação junta ao processo que as questões colocadas (da legalidade de uma ordem de serviço relativa a pagamento de certidões de documentos e da correcta articulação do nº 3 do artigo 62º do CPA com o princípio da gratuidade consagrado no artigo 11º do mesmo diploma) foram suscitadas a propósito da exigência e cobrança de um preço por fotocópias fornecidas a pedido da aludida concorrente que, por ter sido excluída do concurso, pretendeu exercer o seu direito de recurso, à sombra do artigo 34º do Decreto-lei nº 498/88, de 30.12, com as alterações constantes do Decreto-Lei nº 215/95, de 22.08, e por isso solicitou cópia da documentação que entendeu necessária para o cabal exercício desse direito. Para tanto considerou ter legitimidade para conhecer na íntegra os fundamentos de facto e de direito que haviam presidido à decisão que a excluía do concurso e para obter “fotocópias de todas as actas e respectivos anexos... relativamente a todos os candidatos opositores...”). Ora tal documentação só lhe foi facultada após o pagamento de certo preço, cobrado em função do estabelecido na Ordem de Serviço nº 67/94, de 94.08.17, emitida pela entidade ora consulente.
3. Não compete à CADA dilucidar a articulação do princípio da gratuidade consagrado no artigo 11º do CPA com o nº 3 do artigo 62º do mesmo diploma dado o disposto nos artigos 2º e 20º da LADA dos quais se extrai, por via directa ou indirecta, que tal poder interpretativo genérico não foi conferido por lei à Comissão.

Mas já quando o cidadão invoque a LADA, o artigo 12º desta Lei dispõe, no nº 2, com referência ao nº 1/b), que, para efectivação do direito de acesso aos documentos administrativos, a reprodução por fotocópia (ou por

qualquer meio técnico, designadamente visual ou sonoro) *far-se-á num exemplar, sujeito a pagamento, pela pessoa que a solicitar, do encargo financeiro estritamente correspondente ao custo dos materiais usados e do serviço prestado, a fixar por decreto-lei ou decreto legislativo regional, consoante o caso.*

Tendo presente esta norma, o Governo estabeleceu, no artigo 3º do Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio: *Os encargos financeiros da reprodução de documentos, correspondentes ao custo dos materiais envolvidos e do serviço prestado, não podem ultrapassar o valor médio praticado no mercado por serviço correspondente e são objecto de despacho do Ministro das Finanças, ouvida a CADA.*

Com invocação das citadas normas e *tendo por referência os preços de mercado e ouvida a CADA*, o Despacho Conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças nº 280/97, de 7 de Agosto (*in Diário da República*, 2ª série, nº 200, de 30 de Agosto de 1997), publicou as tabelas dos custos que, no exercício do seu direito de acesso aos documentos administrativos, os cidadãos suportarão com a reprodução desses documentos: em papel (fotocópia), em **disquete, etc.**

4. Em conclusão, quando um funcionário público, como qualquer outro cidadão invoque a LADA para aceder a actos e documentos relativos a deliberações de juris de concurso ou outros documentos administrativos, é devido pagamentos nos termos especiais previstos nos artigos 12º, nº 2 da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA) e 3º do Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio e no Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças nº 280/97, de 7 de Agosto.

A CADA não dispõe de competência para se pronunciar sobre se é devido o pagamento de qualquer taxa quando as certidões sejam pedidas ao abrigo do artigo 62º do Código do Procedimento Administrativo.

Aprovado na sessão da CADA de 14 de Julho de 1999.

Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Branca Amaral – João Labescat